

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.859.929 - RJ (2020/0021961-9)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**RECORRIDO : VANDERSON LUIZ DA SILVA FILME**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Apelação Criminal. O denunciado foi absolvido quanto à imputação do crime descrito no artigo 184, § 2º, do Código Penal.

Recurso ministerial postulando a sua condenação, nos termos da denúncia, ao argumento de que o laudo pericial atestou devidamente que as mídias apreendidas eram "piratas". Parecer da Procuradoria de Justiça pelo provimento do recurso. 1. Consta da exordial que no dia 12/08/2015, o denunciado tinha em depósito, para fins de comércio e com intuito de lucro direto ou indireto, 77 (setenta e sete) DVD's vulgarmente conhecidos como 'piratas', cópias de obra intelectual ou fonogramas, reproduzidas com violação de direito de autor, de artista intérprete, executante ou de produtor de fonogramas, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente, consoante laudo de exame de contrafação. 2. O bem jurídico tutelado pela norma penal é o direito autoral, e não se apontou (apontaram) o (s) titular (es) do direito violado. 3. Pretensão de condenação incabível, pois os conteúdos dos DVDs (músicas e filmes) não foram examinados a contento, tendo sido feita uma perícia somente por amostragem, assim como não foram identificados os titulares dos direitos autorais ou os seus representantes, não tendo o laudo pericial atestado serem falsificadas todas as mídias apreendidas. Com efeito, o acolhimento da pretensão ministerial negaria vigência aos artigos 530-B e 530-C, do Código de Processo Penal. 4. Dentro desse contexto, restou duvidosa a prova da materialidade, estando correta a sentença absolutória. 5. Não reputo violados dispositivos constitucionais, nem infraconstitucionais.

6. Recurso conhecido e não provido, mantendo na íntegra a sentença absolutória.

Nas razões recursais, sustenta o *Parquet* que o acórdão recorrido, ao absolver o acusado da imputação relativa ao crime de violação de direito autoral, com fundamento na inexistência de prova de materialidade, porquanto o laudo pericial não teria analisado o conteúdo das mídias e não descreveria os titulares do direito autoral violado, não obstante tenha atestado que o material apreendido é fruto de cópia não autorizada, teria contrariado o art. 184, § 2º, do CP, bem como os arts. 155 e 530-D do CPP.

Pugna, assim, pelo provimento do recurso, para que se restabeleça a sentença.

Contrarrazoado e admitido na origem, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão recorrido, ao absolver o acusado da imputação relativa ao crime do art. 184, § 2º, do CP, utilizou-se dos seguintes fundamentos (fls. 171-175):

Por sentença proferida em 10/10/2017 (peça 125), pela Dra. SORAYA PINA BASTOS, Juíza de Direito da Vara 1º Vara da Comarca de Valença, VANDERSON LUIZ DA SILVA FILME foi absolvido da imputação do crime descrito no artigo 184, § 2º, do CP, com fulcro no art. 386, VII, do CPP.

Inconformado o MINISTÉRIO PÚBLICO apelou da decisão, apresentando suas razões à peça 000131, postulando a condenação do apelado, nos termos da denúncia, ao argumento de que o laudo pericial atestou devidamente que as mídias apreendidas eram "piratas", sendo desnecessária a identificação das obras e autores que tiverem seus direitos autorais violados, consoante a Súmula nº 574, do STJ. Por fim, prequestionou como violados dispositivos constitucionais e infraconstitucionais.

(...)

Analisando o pleito ministerial, verifico que a sentença baseou-se no fato de existirem dúvidas relevantes quanto à materialidade do delito imputado ao recorrido.

O laudo pericial que serve de prova da materialidade do crime imputado ao apelante, acostado à peça 000034, foi feito por amostragem, e não foram identificados os titulares dos direitos autorais ou os seus representantes, não tendo atestado serem falsificadas todas as mídias apreendidas.

Verifica-se, portanto, que a Perita Criminal em nenhum momento procedeu à verificação do efetivo conteúdo de todas as mídias audiovisuais apreendidas, conforme se constata da leitura do Laudo. O exame foi feito por amostragem.

Desta forma, depreende-se que os conteúdos dos CDs e DVDs (filmes e músicas) não foram examinados a contento, conforme muito bem analisou a douta Juíza de primeiro grau.

(...)

Para se comprovar a falsificação de determinada obra artística, é necessário que a perícia seja procedida com um mínimo grau de rigor, isto é, que se possa averiguar se as obras apreendidas possuem, de fato, conteúdo reproduzido com violação do direito autoral, sob pena de se esvaziar a materialidade do delito, como estabelecem os artigos 530-C e 530-D, ambos do CPP, in verbis:

"Artigo 530-C. Na ocasião da apreensão será lavrado termo, assinado por 2 (duas) ou mais testemunhas, com a descrição de todos os bens apreendidos e informações sobre suas origens, o qual deverá integrar o inquérito policial ou o processo".

"Artigo 530-D. Subsequente à apreensão, será realizada, por perito oficial, ou, na falta deste, por pessoa tecnicamente habilitada, perícia sobre todos os bens apreendidos e elaborado o laudo que deverá integrar o inquérito policial ou o processo".

Não se afirmou de modo claro e contundente que houve a reprodução com violação ao direito autoral. Apesar da determinação de que todos os bens apreendidos devem ser descritos e periciados, isto não foi feito.

(...)

Em tais circunstâncias, subsistem dúvidas quanto à materialidade, restando corretas a análise das provas e a sentença absolutória, à peça 000125, diante da ausência de prova material irretorquível.

Por derradeiro, não reputo violados dispositivos constitucionais, nem infraconstitucionais.

Recurso conhecido e não provido, mantendo-se na íntegra a sentença absolutória.

O acórdão impugnado destoa da pacífica jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, firmada no sentido de que *a perícia realizada por amostragem e mediante a análise das características externas dos CD's e DVD's apreendidos, mostra-se suficiente para a comprovação da materialidade do delito previsto no art. 184, § 2º, do Código Penal, sendo prescindível o exame e a descrição individualizada de cada um dos produtos apreendidos em poder do agente* (AgRg no REsp 1521258/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 21/5/2015, DJe 2/6/2015), com destaques.

A propósito do tema, vale destacar que a matéria foi analisada por esta Eg. Corte no julgamento dos Recursos Especiais Representativos de Controvérsia nºs 1.456.239/MG e 1.485.832/MG, veiculado no Informativo nº 567/2015, *in verbis*:

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DO DELITO DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC E RES. 8/2008-STJ). TEMA 926.

**É suficiente, para a comprovação da materialidade do delito previsto no art. 184, § 2º, do CP, a perícia realizada, por amostragem, sobre os aspectos externos do material apreendido, sendo desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou de quem os represente.** No que diz respeito à comprovação da materialidade dos delitos contra a propriedade intelectual, a Lei 10.695/2003 (Lei Antipirataria), além de modificar o art. 184 do CP, incluiu, para facilitar a apuração desses crimes, os arts. 530-A e seguintes no CPP, prevendo a possibilidade de elaboração de laudo pericial por apenas um perito. Previu-se, também, nos crimes de ação penal pública incondicionada - aos quais se aplica o procedimento previsto nos arts. 530-B a 530-H -, a possibilidade de a autoridade policial agir de ofício, apreendendo o produto ilícito e tomando as

medidas necessárias para cessar a atividade criminosa. Daí o debate sobre: (a) se a materialidade do crime previsto no art. 184, § 2º, do CP pode ser comprovada mediante laudo pericial feito por amostragem do produto apreendido; (b) se é suficiente a análise de características externas do material apreendido para a aferição da falsidade necessária à tipificação do delito descrito no art. 184, § 2º, do CP; e, ainda, (c) se, para a configuração do delito em questão, é dispensável a identificação individualizada dos titulares dos direitos autorais violados ou de quem os represente. [...] Em relação ao segundo ponto (b), deve-se destacar que **o STJ já possui o entendimento de que é dispensável excesso de formalismo para a constatação da materialidade do crime de violação de direito autoral, de modo que a simples análise de características externas dos objetos apreendidos é suficiente para a aferição da falsidade necessária à configuração do delito descrito no art. 184, § 2º, do CP. Nessa perspectiva, registre-se que, conforme a Quinta Turma do STJ, a análise das características externas, tais como a padronização das impressões gráficas, presença de logotipo padrão, códigos IFPI, nome do fabricante, cor do disco, e a conclusão de que os objetos não possuem características de fabricação comuns, são suficientes a atestar a falsificação, "até mesmo porque, na maioria dos casos, o conteúdo da mídia falsificada é idêntico ao produto original, situando a diferença unicamente em seus aspectos externos"** (AgRg no REsp 1.359.458-MG, DJe 19/12/2013). Ademais, seguindo o intuito da legislação pátria de facilitar o combate à pirataria, não seria razoável exigir minúcias no laudo pericial, como a análise do conteúdo das mídias apreendidas, mesmo porque "a caracterização da materialidade delitiva [...] pode ser afirmada [até mesmo] por exames visuais sobre a mídia fraudada" (AgRg no REsp 1.441.840-MG, Quinta Turma, DJe 10/6/2014). Com a mesma compreensão, a Sexta Turma do STJ (AgRg no REsp 1.499.185-MG, DJe 9/3/2015). [...] Saliente-se, ainda, que o delito previsto no art. 184, § 2º, do CP é de natureza formal. Portanto, não demanda, para sua consumação, a ocorrência de resultado naturalístico, o que corrobora a prescindibilidade de identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou de quem os represente para a configuração do crime em questão. REsp 1.456.239-MG e REsp 1.485.832-MG, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 12/8/2015, DJe 21/8/2015.

Ainda, quanto a matéria, verifica-se que, em 22/6/2016, foi aprovado pela Terceira Seção desta Corte o Enunciado Sumular nº 574, que dispõe:

Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.

Destarte, estando o acórdão combatido em dissonância com a jurisprudência desta Corte, impõe-se o provimento do recurso ministerial,

# *Superior Tribunal de Justiça*

restabelecendo-se a sentença.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença condenatória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator